



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 1

EXTRATO

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato n.º 04/2008, de prestação de serviços de entrega de correspondência, firmado entre o ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, e a empresa R DE S VIANA SERVIÇOS.

01. Data: 07/12/2010.

02. Partes: Estado do Amazonas, através do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, e a empresa R DE S VIANA SERVIÇOS.

03. Espécie: Aditivo de reajuste de valor.

04. Objeto: Reajustar o valor do Contrato n.º 04/2008 em 33.84% (trinta e três vírgula oitenta e quatro por cento), conforme previsão da Cláusula Quarta, e retificar as Cláusulas Segunda e Quinta do Contrato original.

05. Prazo de Vigência: Até 22/04/2011.

06. Valor Global: R\$ 81.912,00 (oitenta e um mil novecentos e doze reais) ficando o restante no valor de R\$ 27.304,00 (vinte e sete mil, trezentos e quatro reais) para ser empenhado no próximo exercício financeiro.

07. Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 01.032.0056.2055; Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 100.

08. Nota de Empenho: N.º01550, de 06/12/2010, no valor de R\$13.808,00 (treze mil, oitocentos e oito reais) para o presente exercício.

Manaus, 07 de dezembro de 2010.

FERNANDO ELIAS PRESTES GONÇALVES
Secretário-Geral de Administração

EXTRATO

Extrato do Termo de Contrato n.º 08/2010, firmado entre o ESTADO DO AMAZONAS por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa GERAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

01. Data: 29/11/2010.

02. Partes: Estado do Amazonas, através do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, e a empresa GERAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

03. Espécie: Contrato de prestação de serviços de fornecimento de mão-de-obra.

04. Objeto: prestação de serviços de fornecimento de mão-de-obra de 04 (quatro) garçons, 03 (três) recepcionistas e 04 (quatro) ascensoristas e 02 (dois) artífices.

05. Valor Global: R\$220.331,96 (duzentos e vinte mil trezentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos)

06. Prazo: 12 (doze) meses.

07. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 01.032.0056.2055; Natureza da Despesa: 3.3.90.37; Fonte de Recursos: 100.

08. Empenho: N.º01518, de 29/11/2010 no valor de R\$ 18.359,33 (dezoito mil trezentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos) para o presente exercício, ficando o restante, no valor de R\$ 201.972,63 (duzentos e um mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e três centavos) para ser empenhado no próximo exercício.

Manaus, 29 de setembro de 2010.

ENG.º FERNANDO ELIAS PRESTES GONÇALVES
Secretário Geral de Administração

PAUTA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO, EM SESSÃO DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

JULGAMENTO EM PAUTA:

CONSELHEIRO RELATOR: LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE

1)PROCESSO Nº 1959/2008

Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2007

Órgão: SAAE - Tefé

Responsável: Antônio José Lima de Andrade

Procurador: João Barroso de Souza

2)PROCESSO Nº 1138/2010 (2VIs) e anexos

Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2009

Órgão: Câmara Municipal de Barcelos

Responsável: (eis) Josemir de Macedo Bezerra

Procurador: João Barroso de Souza e Roberto C. Krichanã da Silva

3)PROCESSO Nº 2268/2007 (4VIs) e anexos

Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2006

Órgão: Câmara Municipal de Caapiranga

Responsável: (eis) Antônio José Marques

Procurador: Evanildo Santana Bragança

4)PROCESSO Nº 1847/2009 (2VIs)

Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2008

Órgão: Fundo Estadual de Incentivo ao Cumprimento de Metas da Educação Básica;

Responsável: (eis) Gedeão Timóteo Amorim

Procurador: João Barroso de Souza

5)PROCESSO Nº 2166/2003 (3VIs) e anexos

Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2002

Órgão: FCECON

Responsável: (eis) Manoel Jesus Pinheiro Coelho

Procurador: João Barroso de Souza

6)PROCESSO Nº 3475/2010 e anexos

Objeto: Recurso de Revisão, referente ao Processo nº 143/2008

Órgão: Fundação Vila Olímpica Danilo de Mattos Areosa

Responsável: (eis) Aldemar Amazonas Affonso

Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

CONSELHEIRO RELATOR: JULIO CABRAL

1)PROCESSO Nº 2158/2010

Objeto: Tomada de Contas, exercício 2009

Órgão: SAAE - Tefé

Responsável: Antônio José Lima de Andrade

Procurador: Fernanda C. Veiga Mendonça e

Elissandra M. Freire de Menezes

2)PROCESSO Nº 1482/2010 e anexos

Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009

Órgão: Prefeitura Municipal de Alvarães

Responsável: Mário Tomas Litaiff

Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

3)PROCESSO Nº 2003/2009

Objeto: Prestação de Contas, exercício 2008

Órgão: Fundo Estadual de Desenvolvimento Humano

Responsável: Vânia Maria Cyrino Barbosa e



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 2

Sandra Backmann Braga
Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

4)PROCESSO Nº 1571/2008 (12VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2007
Órgão: Hospital SPA Doutor Platão Araújo
Responsável: Heraldiva Souza Tapajós Lyra
Procurador: Evanildo Santana Bragança

5)PROCESSO Nº 6521/2009 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 790/2005
Órgão: ALE/AM
Recorrente: Albertino Hayden dos Santos
Procurador: Fernanda C. Veiga Mendonça

6)PROCESSO Nº 1893/2009 (3VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2008
Órgão: Hospital e Pronto Socorro 28 de agosto
Responsável: Clemêncio Campos Cortez
Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

CONSELHEIRO RELATOR: RAIMUNDO MICHILES

1)PROCESSO Nº 3562/2009
Objeto: Consulta
Órgão: Câmara Municipal do Careiro
Consultante: Carlos dos santos Teófilo
Procurador: Carlos Alberto Souza de Almeida

2)PROCESSO Nº 1485/2008 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 2723/1997
Órgão: Tribunal de Justiça
Recorrente: Jorge Alberto Mendes Junior
Procurador: Fernanda C. Veiga Mendonça

CONSELHEIRO RELATOR: ÉRICO DESTERRO E SILVA

1)PROCESSO Nº 4641/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 3169/2009
Órgão: Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte
Recorrente: Rosário Conte Galate Neto
Procurador: Ruy Marcelo A. de Mendonça

2)PROCESSO Nº 3722/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Reconsideração ref. ao Proc. nº 1498/08
Órgão: Câmara Municipal de Novo Aripuanã
Recorrente: Roberval da Fonseca Weckner
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

3)PROCESSO Nº 38/2008 e anexos
Objeto: Recurso Inominado
Órgão: TCE-AM
Recorrente: Joselita Carmen Alves de Araújo
Procurador: João Barroso de Souza

4)PROCESSO Nº 286/2010 e anexos
Objeto: Recurso Inominado
Órgão: Ministério Público - TCE
Recorrente: Ruy Marcelo Alencar de Mendonça
Procurador: Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

5)PROCESSO Nº 1370/2010 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Câmara Municipal de Carauari

Responsável: (eis) Etevaldo Avelino Lobo
Procurador: João Barroso de Souza

6)PROCESSO Nº 1413/2008 (2VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2007
Órgão: FUNDEB
Responsável: José Dantas Cyrino Júnior, no período de 01.01.2007 à 05.12.2007 e Kátia de Araújo Lima Vallina, no período de 06.12.2007 à 31.12.2007.
Procurador: Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

7)PROCESSO Nº 1607/2010
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: FMAPD
Responsável: (eis) Maria Lenize Tapajós Maués
Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

8)PROCESSO Nº 1375/2010 (6VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Prefeitura Municipal de Guajará
Responsável: (eis) Manoel Hélio Alves de Paula
Procurador: João Barroso de Souza

9)PROCESSO Nº 1914/2009 (9VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2008
Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari
Responsável: (eis) Bruno Luis Litaiff Ramalho
Procurador: Carlos Alberto Souza de Almeida

CONSELHEIRO RELATOR: JOSUÉ FILHO

1)PROCESSO Nº 4622/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 7444/2001
Órgão: SEDUC
Recorrente: Maria Moraes da Mota
Procurador: Ademir Carvalho Pinheiro

2)PROCESSO Nº 5063/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 5387/2006
Órgão: Associação Cabos e Soldados/Polícia Militar/Am
Recorrente: Francisco Nonato de O. Neto
Procurador: Evanildo Santana Bragança

3)PROCESSO Nº 575/2010 (2VIs) e anexos
Objeto: Recurso Ordinário, ref. ao Proc. nº 1133/2004
Órgão: IEL/AM
Recorrente: Wilson Colares da Costa
Procurador: Evelyn Freire C.L. Pareja

4)PROCESSO Nº 1358/2008 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2007
Órgão: Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
Responsável: Jeremias Zedan Fonseca
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

5)PROCESSO Nº 1600/2010 (2VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Fundação Alfredo da Matta
Responsável: Paula Frassinetti Bessa Rebello
Procurador: João Barroso de Souza

6)PROCESSO Nº 2261/2010 (5VIs) e anexos
Objeto: Tomada de Contas, exercício 2009
Órgão: Câmara Municipal de Manicoré



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 3

Responsável: Emir Pedraça de França
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

7)PROCESSO Nº 1170/2008 (2VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2007
Órgão: Câmara Municipal de Tefé
Responsável: Roberval Celestino Gomes
Procurador: João Barroso de Souza

8)PROCESSO Nº 2097/2008 e anexos
Objeto: Tomada de Contas, exercício 2007
Órgão: SAAE - Rio Preto da EVA
Responsável: Evângelo Pinheiro Navegante
Procurador: Ruy Marcelo A. de Mendonça

9)PROCESSO Nº 1529/2006 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2005
Órgão: Câmara Municipal de Marãã
Responsável: Jadir Costa Castelo Branco
Procurador: Ademir Carvalho Pinheiro

10)PROCESSO Nº 1514/2010 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Câmara Municipal de Autazes
Responsável: Cícero Correa
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

11)PROCESSO Nº 1003/2010 (3VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: COASB
Responsável: Ronni Kley Lustosa Torres
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

12)PROCESSO Nº 1396/2010 (11VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Prefeitura Municipal de Humaitá
Responsável: José Cidenei Lobo do Nascimento
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

13)PROCESSO Nº 1580/2010 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Câmara Municipal de
Responsável: Jeremias Zedan Fonseca
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

14)PROCESSO Nº 1460/2010 (6VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: MANAUSMED
Responsável: Mauro Giovanni Lippi Filho
Procurador: Roberto C. Krichanã da Silva

15)PROCESSO Nº 1764/2010 (11VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Prefeitura Municipal de Manicoré
Responsável: Lúcio Flávio do Rosário
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

16)PROCESSO Nº 1527/2010 (8VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Prefeitura Municipal de Borba
Responsável: Antonio José Muniz Cavalcante
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

17)PROCESSO Nº 1580/2010 (6VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício 2009
Órgão: Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã
Responsável: Hilton Laborda Pinto
Procurador: Evelyn Freire de C. L. Pareja

CONSELHEIRO RELATOR: ARI MOUTINHO JUNIOR

1)PROCESSO Nº 1543/2010 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2009
Órgão: Câmara Municipal de Tabatinga
Responsável: Onório Sertório do Nascimento
Procurador: Ademir Carvalho Pinheiro

2)PROCESSO Nº 2250/2008 (2VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2007
Órgão: Prefeitura Municipal de Fonte Boa
Responsável: Sebastião Ferreira Lisboa
Procurador: Ruy Marcelo A. de Mendonça

3)PROCESSO Nº 1019/2009 e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2008
Órgão: Câmara Municipal de Amaturá
Responsável: Amadeu Jacaúna Rubem
Procurador: Elissandra Monteiro Freire de Menezes

4)PROCESSO Nº 18/2010 e anexos
Objeto: Recurso Ordinário, ref. ao Processo nº 2606/07
Órgão: UEA
Responsável: Lourenço dos Santos Pereira Braga
Procurador: Evanildo Santana Bragança

5)PROCESSO Nº 1996/2009 (2VIs) e anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2008
Órgão: SPA Zona Sul
Responsável: Vanessa Lana Pereira de Freitas
Procurador: Carlos Alberto S. de Almeida

6)PROCESSO Nº 1375/2008 (4VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2007
Órgão: CIGAS
Responsável: Daniel J. Feder
Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

7)PROCESSO Nº 2006/2009 (2VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2008
Órgão: ADS – Agência Desenvolvimento Sustentável/Am
Responsável: Raimundo Valdelino R. Cavalcante
Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

CONSELHEIRA CONVOCADA: YARA LINS DOS SANTOS (Substituindo o Conselheiro Ari Moutinho Junior)

1)PROCESSO Nº 4518/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 36/2010
Órgão: SEDUC
Recorrente: Francisca Silva Cruz do Nascimento
Procurador: Elissandra M. Freire de Menezes

CONSELHEIRA SUBSTITUTA: YARA LINS DOS SANTOS

1)PROCESSO Nº 3172/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Reconsideração, ref. ao Proc. nº 471/08
Órgão: UEA/Am



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 4

Recorrente: Carlos Eduardo de Souza Gonçalves
Procurador: Roberto C. Krichanã da Silva

2)PROCESSO Nº 4693/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº10462/01
Órgão: SEDUC
Recorrente: Ivaneide Chixaro de Almeida
Procurador: Elizângela Lima Costa Marinho

3)PROCESSO Nº 4406/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Proc. nº 750/2010
Órgão: SEDUC
Recorrente: Mário Reis
Procurador: Evanildo Santana Bragança

4)PROCESSO Nº 1359/2010 (3VIs) e Anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2009
Órgão: Câmara Municipal de Beruri
Responsável: José Francisco P. Veríssimo
Procurador: Elizângela Lima Costa Marinho

5)PROCESSO Nº 1892/2009 (4VIs) e Anexos
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2008
Órgão: Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas
Responsável: Álvaro dos Santos Melo Filho
Procurador: Elissandra Monteiro Freire de Menezes

6)PROCESSO Nº 1635/2010 (3VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2009
Órgão: SPA São Raimundo
Responsável: Nilson Hiroshi Kanehira Sato
Procurador: Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

7)PROCESSO Nº 1595/2010 (2VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2009
Órgão: SPA Policlínica Dr. Danilo Corrêa
Responsável: Liege de Fátima Ribeiro
Procurador: João Barroso de Souza

8)PROCESSO Nº 1502/2008 (3VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2007
Órgão: SPA Eliameme Rodrigues Mady Zona Norte
Responsável: Júlia Fernanda Mendes Marques
Procurador: Evanildo Santana Bragança

9)PROCESSO Nº 1267/2008 (3VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2007
Órgão: Gabinete do Vice-Governador
Responsável: Fernando Figueiredo Prestes
Procurador: Carlos Alberto S. de Almeida

10)PROCESSO Nº 5850/2008 (3VIs)
Objeto: Representação
Órgão: Ministério Público TCE
Procurador: Carlos Alberto S. de Almeida

CONSELHEIRO SUBSTITUTO: MÁRIO COSTA FILHO

1)PROCESSO Nº 1454/2010
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2009
Órgão: SAAE - Itacoatiara
Responsável: Moisés de Souza Rebouças
Procurador: Evanildo Santana Bragança

2)PROCESSO Nº 3148/2010 e anexos
Objeto: Recurso Ordinário, ref. ao Processo 5028/1996
Órgão: Tribunal de Justiça
Recorrente: Albaniza Maria Monteiro Vaughan
Procurador: Ruy Marcelo A. de Mendonça

3)PROCESSO Nº 1379/2009 (10VIs)
Objeto: Prestação de Contas, exercício de 2008
Órgão: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas
Responsável: Silvestre de Castro Filho
Procurador: Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

CONSELHEIRO CONVOCADO: ALÍPIO REIS FILHO
(Substituindo Cons. Raimundo Michiles)

1)PROCESSO Nº 4228/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Reconsideração, referente ao Proc.859/2007
Órgão: Câmara Municipal de Uarini
Recorrente: Hamilton Fernandes Silva Cruz
Procurador: Ruy Marcelo A. de Mendonça

2)PROCESSO Nº 4092/2010 (2VIs) e anexos
Objeto: Recurso de Revisão, ref. ao Processo nº 1605/2006
Órgão: Policlínica Governador Gilberto Mestrinho
Recorrente: Joselita Carmem Alves de Araújo Nobre
Procurador: Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

CONSELHEIRO SUBSTITUTO: ALÍPIO REIS FILHO
1)PROCESSO Nº 4664/2010
Objeto: Representação
Órgão: Ministério Público - TCE
Representado: SEDUC
Procurador: Roberto C. Krichanã da Silva

2)PROCESSO Nº 3871/2010 e anexos
Objeto: Recurso de Reconsideração, ref. ao Proc.3665/2003
Órgão: Câmara Municipal de Borba

Recorrente: Edilson da Fonseca Batista
Procurador: Elizângela Lima Costa Marinho

Manaus, 13 de Dezembro de 2010

MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

RELAÇÃO DOS PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL
PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB
A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA
PINHEIRO, NA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE
2010.

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.
PROCESSO Nº1916/2009. Prestação de Contas do Departamento Estadual
de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, referente ao exercício de 2008,
de responsabilidade da senhora Mônica Antony de Queiroz Melo.



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 5

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator que acolheu sugestão do Conselheiro Raimundo José Michiles, quanto a exclusão do item da multa no valor de R\$5.000,00(cinco mil reais), aplicada aos responsáveis, e, que concordou com o entendimento do Ministério Público de Contas, no sentido de que este Tribunal Pleno, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/02-TCE/AM: 1. Declare a REVELIA da Responsável, Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, e do ordenador de despesas, Sr. Djalma Dutra Filho, nos termos do art. 20, §3º, da Lei Estadual n. 2.423/96. 2. Julgue IRREGULARES as contas do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, referente ao exercício de 2008, de acordo com o disposto no art. 22, III, "b", c/c o art. 25, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2423/96. 3. Aplique à Responsável, Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, nos termos do art. 5º da Resolução n.07/02 c/c art. 15, § 1º, da Lei Complementar Estadual n. 06/91, e art.308, I, "c", da Resolução n. 04/02-TCE/AM, MULTA no valor de R\$822,43 (oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos), devido ao atraso no envio dos balancetes a esta Corte, referentes aos meses de março a julho e novembro de 2008 (item 10.1 do Relatório/Voto). 4. Aplique à Responsável, Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, MULTA no valor de R\$ 1.644,89 (um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), nos termos do art. 308, I, "a", da Resolução n. 04/02-TCE, em função do não atendimento à diligência deste Tribunal. 5. Aplique ao Ordenador de despesas, Sr. Djalma Dutra Filho, MULTA no valor de R\$ 1.644,89 (um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), nos termos do art. 308, I, "a", da Resolução n. 04/02-TCE, em função do não atendimento à diligência deste Tribunal; 6. Aplique à Responsável, Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, nos termos do art. 54, II e III, da Lei Estadual n. 2423/96 c/c art. 308, V, "a", da Resolução n. 04/02-TCE/AM, MULTA no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em função das impropriedades não sanadas, previstas nos itens 10.2 a 10.22 deste Relatório/Voto; 7. Aplique ao Ordenador de despesas, Sr. Djalma Dutra Filho, nos termos do art. 54, II e III, da Lei Estadual n. 2423/96 c/c art. 308, V, "a", da Resolução n. 04/02-TCE/AM, MULTA no valor de R\$ 3.289,73 (três mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), em função das impropriedades não sanadas, previstas nos itens 10.3, 10.8, 10.9, 10.11, 10.13, 10.18 e 10.7 do Relatório/Voto. 8. GLOSE a quantia de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) referente aos adiantamentos concedidos e que não tiveram suas prestações de contas apresentadas, como demonstrado no item 10.17 do Relatório/Voto, com os valores devidamente corrigidos e atualizados monetariamente, nos termos do art. 304, II e IV, da Resolução n. 04/02-TCE/AM, devendo, ainda, os Responsáveis ser, por ela, considerados em alcance. 9. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos no valor das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, "a", da Lei Estadual n. 2423/96 e art. 169, I, da Resolução n. 04/02-TCE. 10. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor imputado como

débito, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, da Lei Estadual n. 2423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02- TCE/AM. 11. Autorize, desde já, a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas. 12. REPRESENTA, com fulcro, no art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/96, ao Ministério Público Estadual do Amazonas, remetendo-lhe cópia dos autos e da Decisão, em razão das irregularidades constatadas, as quais se enquadram nas tipificações previstas na Lei n. 8429/92 (improbidade administrativa); 13. Recomende à Origem que sejam observados atentamente e cumpridos os dispositivos abaixo transcritos nos próximos exercícios: a) O Cumprimento do prazo de remessa dos Balancetes Financeiros, de acordo com art. 4º, da Resolução n.07/02-TCE, c/c art. 15, §1º da Lei Complementar n.06/91, com nova redação dada pela LC 24/2000 (D.O.E. de 19.09.2000); b) Observe e cumpra rigorosamente os ditames da Lei n. 8666/93, da Lei Complementar n. 101/2000 (Responsabilidade Fiscal) e da Lei n. 4320/64.

CONVOCADA E RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.

PROCESSO Nº1971/2007. Prestação de Contas do Posto de Assistência Médica-PAM/CENTRO do exercício de 2006, da responsabilidade de Joselita Carmen Alves de Araújo Nobre, ex-Diretora geral e ordenadora da despesa.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto da Relatora, que concordou com o Douto Órgão Ministerial, visto que as irregularidades apontadas não foram sanadas, no sentido que o Egrégio Tribunal Pleno: 1. Julgue irregulares as presentes contas do Posto de Assistência Médica – PAM/CENTRO do exercício de 2006, da responsabilidade de Joselita Carmen Alves de Araújo Nobre, ex-Diretora geral e ordenadora da despesa, com fundamento nos art. 22, inciso III, alínea "b", e 25 da Lei estadual nº 2423/96. 2. Aplique multa a Srª. Joselita Carmen A. de Araújo Nobre no valor de R\$ 6.453,41 com fulcro no art. 308, V, 1º "a" da Resolução 04/2002-TCE, alterada pelo art. 2º, da Resolução 01/09, em virtude das impropriedades supracitadas, conforme relacionadas abaixo: a) Atraso na remessa dos demonstrativos contábeis; b) Não envio via magnética dos adiantamentos concedidos durante o exercício; c) Registros contábeis com desrespeito ao disposto na Lei federal nº 4320/64, quanto à escrituração de dados incompletos e incongruentes, facialmente identificados em razão dos lançamentos da própria ordenadora nos balanços, demonstrativos e comparativos das receitas e despesas, seja nas contas, seja no ACP; d) Aquisição de diversos produtos e serviços através de compra direta, com fragmentação ilegal de licitações, contrariando o disposto nos artigos 2º, 23, § 1º, 24, 25 e 26 da Lei nº federal nº 8.666/93. 3. A referida multa deve ser recolhida no prazo de 30 dias, conforme art. 99, parágrafo 2º, da Resolução



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 6

nº 04/1998; 4. Arquive os autos apensos nº 982/2007, por perda de objeto. 5. Ordene à atual Gestão do Posto de Assistência Médica – Centro que: - Instrua adequadamente as contas prestadas à Corte, com o preenchimento adequado e completo das informações técnicas a ser enviadas pelo ACP; - A observância das regras da Lei Federal nº 4320/64 e das normas do Tribunal quanto à adequada escrituração contábil e a regularidade e veracidade dos lançamentos nos balanços; - Adote as medidas necessárias à erradicação das contratações diretas, sem o prévio e devido processo licitatório para aquisição de medicamentos e serviços de necessidade constante do Hospital.

PROCESSO Nº982/2007. Prestação de Contas do Posto de Assistência Médica – PAM/CENTRO do exercício de 2006, da responsabilidade da Sra. Joselita Carmen Alves de Araújo Nobre, ex-Diretora-Geral e Ordenadora de Despesa.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto da Relatora, pelo arquivamento dos autos, por perda de objeto.

CONSELHEIRO-RELATOR: MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO.

PROCESSO Nº 1362/2009. Prestação de Contas da Câmara Municipal de Itacoatiara, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Sirange Bezerra Rodrigues, Presidente.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos da proposta de voto do Relator, que concordou parcialmente com as manifestações do Órgão Técnico e do douto Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, no sentido que o Egrégio Colegiado desta Corte: 1. Julgue irregular, a Prestação de Contas, exercício de 2008, da Câmara Municipal de Itacoatiara, sob responsabilidade da Sra. Sirange Bezerra Rodrigues, Presidente da Câmara à época da presente Prestação de Contas, nos termos dos arts.22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM. 2. Aplique multa, no valor de R\$ 3.289,73 (Três mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), a Sra. Sirange Bezerra Rodrigues, Presidente da Câmara à época da presente Prestação de Contas, nos termos dos arts. 1º, XXVI, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 5º, XXVI, da Resolução nº 04/02, pelo conjunto das impropriedades praticadas com grave ofensa a norma legal, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, “a”, da Resolução nº 04/2002, conforme passo a detalhar: a) Em decorrência das Impropriedades constantes nos Convites 001 a 008/2008, violando com isso o disposto no artigo 29 da Lei nº 8.666/93; b) Em decorrência das Impropriedades constantes nas Cartas Contrato 001, 002, 003, 004 e 005/2008 (fls. 214/216), violando expressamente o disposto nos arts. 29 e 54 da Lei nº 8.666/93, bem como pela violação ao art. 37, caput, da Constituição Federal. 3. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02). 4. Autorize desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor

das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02. 5. Determine ao titular da Câmara Municipal de Itacoatiara: a) que observe atentamente ao disposto no art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 871/2000 - CFC; b) que observe os ditames fundamentais estabelecidos pela Súmula Vinculante nº 013/2008, a fim de vedar a prática do nepotismo; c) que observe os preceitos fundamentais de toda a Carta Magna, sobretudo o disposto no art. 39 e incisos da CF/88; d) que elabore norma disciplinando a concessão de diárias e passagens e a apresentação da documentação comprobatória do deslocamento e dos serviços prestados. 5. Arquivem os seguintes processos em anexo: Processo nº 1045/2009; Processo nº 3505/2008 e Processo nº 5651/2008.

CONSELHEIRO-RELATOR: LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE.

PROCESSO Nº4154/2005. Inspeção Extraordinária requerida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas para a apuração de possíveis irregularidades nos procedimentos adotados pela Empresa Municipal de Transportes Urbanos (EMTU) nos exercícios de 2001 a 2005.

DECISÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou com o Ministério Público Especial, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno determine a REMESSA de cópia do relatório da Comissão de Inspeção, fls. 3498-3509, ao Ministério Público do Estado do Amazonas e em seguida proceda ao ARQUIVAMENTO dos autos.

PROCESSO Nº 854/2010. Recurso de Revisão interposto pelo AMAZONPREV.

ACÓRDÃO: Egrégio Tribunal Pleno, dentro da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “g” do Regimento Interno: - 1. Preliminarmente, tome conhecimento do Recurso de Revisão interposto pelo AMAZONPREV, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 145, I, II e III, e art. 157, §1º e §2º, ambos da Resolução n. 04/2002-TCE/AM. 2. No mérito, dê-lhe provimento integral, nos termos do art. 5º, XXI, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, e anule a Decisão Monocrática de fls. 33/34, proferida pelo Excelentíssimo Conselheiro Doutor Érico Xavier Desterro e Silva, Presidente da Egrégia Segunda Câmara deste Tribunal, nos autos do Processo nº. 954/2006. 3. Julgue legal do ato de aposentadoria do Sr. Waldemar Parente de Souza, determinando seu posterior registro (art. 1º, V, c/c o art. 31, II, da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, V, c/c o art. 264, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM). 4. Determine à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 162, caput, do Regimento Interno desta Casa.

PROCESSO Nº181/2010. Recurso de Revisão interposto pelo AMAZONPREV.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos da proposta de voto do Relator, que concordou com o douto Ministério Público Especial, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno, dentro da competência atribuída pelo art. 11, inciso



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 7

III, alínea "g" do Regimento Interno: 1. Preliminarmente, tome conhecimento do Recurso de Revisão interposto pela AMAZONPREV, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 145, I, II e III, e art. 157, §1º e §2º, ambos da Resolução n. 04/2002-TCE/AM. 2. No mérito, dê-lhe provimento integral, nos termos do art. 5º, XXI, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, e anule a Decisão Monocrática de fls. 47/48, proferida pela Egrégia Segunda Câmara, nos autos do Processo nº. 3195/2005, em anexo. 3. Julgue legal a Portaria nº. 067/2005, que concedeu a pensão ao Sr. Sebastião Prado de Negreiros, cônjuge da Sra. Maria Gracineide Chagas de Negreiros, ex-servidora do Quadro de Pessoal da SEDUC, determinando seu posterior registro (art. 1º, V, c/c o art. 31, II, da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, V, c/c o art. 264, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM); - 4. Determine à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 162, caput, do Regimento Interno desta Casa.

CONSELHEIRO-RELATOR: JULIO CABRAL.

PROCESSO Nº 1433/2008. Prestação de Contas dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) de Manacapuru, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Clayton Pascarelli, diretor-geral e ordenador de despesas.

ACÓRDÃO: À UNANIMIDADE, nos termos do voto do Relator, que concordou com o entendimento tanto do Órgão Técnico quanto do Ministério Público, no sentido que este Tribunal Pleno tome as seguintes providências: 1. Considere REVEL para todos os efeitos o Sr. Clayton Pascarelli Rebouças na forma do art. 20, §3º da Lei 2423/96. 2. Julgue IRREGULAR a Prestação de Contas dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) de Manacapuru, exercício de 2007, sob responsabilidade do Sr. Clayton Pascarelli, diretor-geral e ordenador de despesas nos termos do art. 71, II da CF/88 cominado o art. 40, II da CE/89 e arts. 1º, II e 22, III, "d" da Lei nº 2423/96. E art. 188, §1º, III, "b" da Resolução 04/2002 (RI-TCE/AM). 3. Aplique MULTA no valor de R\$ 4.112,16 ao Sr. Clayton Pascarelli, referente aos valores previstos no art. 308, I, "c" (R\$ 822,43) e inciso V, "a" (R\$ 3.289,73) da Res. TCE/AM 04/2002, redação original, conforme art. 54, incisos II e IV da Lei 2423/96, pelas seguintes impropriedades: a) Atraso da remessa dos balancetes via ACP relativo aos meses de janeiro, fevereiro, maio, junho, outubro e dezembro de 2007, contrariando o art. 4º da Res. 7/2002 c.c. o § 1º do art. 15 da LC n. 6/91 com redação dada pela LC n. 24/2000; b) Ausência de transparência e divulgação das compras efetuadas pelo órgão em análise, contrariando o art. 16 da Lei 8.666/93. 4. FIXE o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento dos valores imputados aos cofres públicos, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, com comprovação perante este Tribunal de Contas nos termos do art. 72, III, "a" da Lei 2423/96 c/c o art. 169, I e art. 306, parágrafo único, II, ambos da Res. 04/2002 (RI-TCE/AM). 5. Em caso de inobservância ao recolhimento supracitado, AUTORIZA, desde já, a imediata instauração da cobrança executiva e a inscrição do crédito na Dívida Ativa, conforme art. 72, III, "a" e art. 73, ambos da Lei 2423/96 c/c o art. 169, II; art. 173 e 308, §6º, todos da Res. 04/2002 (RI-TCE/AM). 6. ENVIE cópia dos autos ao Ministério

Público Estadual para apuração de atos de mostram indícios de impropriedade administrativa, para propositura de ação de improbidade, conforme arts. 10 e 11 da Lei 8.429/1992. POR MAIORIA, que o Egrégio Tribunal Pleno, considere em ALCANCE o Ordenador de Despesas, no valor total de R\$ 75.775,44 (setenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) na forma do art. 304, III, VI e parágrafo único da Resolução 04/2002 (RI- TCE/AM) em relação às impropriedades elencadas às folhas 79 e 80: a) Divergência do Balanço Financeiro e o saldo bancário do final do exercício, perfazendo a diferença de R\$ 47,17; b) Divergência de valores entre o lançado no ACP (receita lançada x arrecadada) e o demonstrado no balancete financeiro e demonstrativo da receita e despesa por categorias econômicas, perfazendo uma diferença de R\$ 10.173,41; c) Divergência no Resultado Patrimonial do fim do exercício com o demonstrado no Balanço Patrimonial, perfazendo uma diferença de R\$ 15.087,00; d) Não esclarecimento quanto à divergência de valores lançados no Balanço Financeiro com o que fora encontrado em Balanço Patrimonial, perfazendo a diferença de R\$ 50.467,86.

PROCESSO Nº 1832/2009. Prestação de Contas Anual do Gabinete da Vice-Governadoria, exercício 2008, de responsabilidade do Sr. Fernando Figueiredo Prestes, Secretário-Executivo e Ordenador de Despesas à época.

ACÓRDÃO: À UNANIMIDADE, nos termos do voto do Relator, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno: 1. Julgue Regular com Ressalvas a presente Prestação de Contas Anual, do Gabinete da Vice-Governadoria, exercício 2008, de responsabilidade do senhor Fernando Figueiredo Prestes, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas à época. 2. Comunique, com fulcro no art. 114, inciso IV, da Lei nº 2.423/96, ao Conselho Regional de Contabilidade, para apuração de responsabilidade da ausência de assinatura de contabilista com a indicação do número de registro e da categoria nos documentos contábeis, nem tampouco Declaração de Habilitação Profissional – DHP, em razão das possíveis irregularidades constatadas nesta Prestação de Contas Anual, remetendo cópia dos autos ao referido Instituto. 3. Recomende à Unidade Gestora que sejam observados e cumpridos os dispositivos abaixo transcritos, para que irregularidades destas naturezas não voltem a ocorrer nos futuros exercícios: a) Sejam observados e cumpridos o prazo de remessa das informações a esta Corte de Contas, bem como sua confiabilidade, de acordo com o art. 4º da Resolução nº 07/2002 – TCE, c/c o art. 15, § 1º da Lei Complementar nº 06/91, com redação dada pela LC nº 24/2000 (D.O.E. de 19/09/2000); b) Que não se utilize mais a conta adiantamentos concedidos, dentro do subgrupo créditos em circulação, para despesa de salário família, o que se confunde com fundo de caixa (art.68, da Lei Federal nº 4.320/64, regulado pelo Decreto Estadual nº 16.396/94), devendo a citada despesa estar dentro das contas consignações. Além disso, a nomenclatura mais usual estaria em utilizar-se como nome da conta salário-família POR MAIORIA, nos termos do voto do Relator, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno: 1. Aplique multa ao senhor Fernando Figueiredo



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 8

Prestes, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas à época, no valor de R\$3.226,70 (três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos) por: falta da Relação de Empenhos pagos no mês, conforme art. 1º, inciso II da Resolução nº 05/1990; falta do registro de Suprimentos de fundo concedido no ACP e por divergência de valores via sistema ACP no Rol dos Fundamentos Legais de Alterações Orçamentárias em comparação ao Parecer da SEFAZ, nos termos da nova redação dada pelo art. 6º-A, da Resolução nº 07/2002, acrescentado pelo Art. 7º, da Resolução nº 02/2007 c/c o art. 308, inciso I, alínea "c" da Resolução nº 04/2002 - TCE. 2. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias, ao senhor Fernando Figueiredo Prestes, Secretário Executivo e Ordenador de Despesas à época, para o recolhimento das sanções pecuniárias aplicadas aos cofres da Fazenda Pública, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, com comprovação perante esta Corte de Contas nos termos do art. 72, III, alínea "a", da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art.169, I e art. 306, § único, III, ambos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno). 3. Autorize, caso o valor da sanção não venha a ser recolhida dentro do prazo estipulado, a instauração da cobrança executiva e posterior inscrição do débito na Dívida Ativa, em consonância com o art. 72, III, alínea "a" e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.

PROCESSO Nº1516/2010. Prestação de Contas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do município de Envira, exercício de 2009, de responsabilidade de Nilson Marques Ramos(período de 1/1 a 31/6/2009), e Zildo França de Lima(1/7 a 31/12/2009).

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou em parte com a SECAMI e o Ministério Público, sentido que o Tribunal Pleno, na competência atribuída pelo art. 11, III, "a", item 3, da Resolução n.04/02-TCE: 1. Julgue REGULAR COM RESSALVAS, a Prestação de Contas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Envira, exercício de 2009, de responsabilidade dos senhores Nilson Marques Ramos, período de 1/1 a 31/6/2009, e Zildo França de Lima, 1/7 a 31/12/2009, com fulcro nos arts.1º, II, 22, II, e 24 da Lei Estadual n.2.423/96 e arts.188, §1º, II, e 189, II, da Resolução n.04/02-TCE. 2. Aplique multa de R\$4.033,35, ao responsável, Senhor Zildo França de Lima, correspondente a R\$806,67, por cada mês de competência, ou seja, julho a novembro de 2009, com arrimo na alínea "c" do inciso I do art.308 da Res. n.04/02-TCE e art.6º-A, I, "a", da Res. n.07/02-TCE, pelo não cumprimento dos arts. 3º e 4º da Res. n.07/02-TCE. 3. Fixe o prazo de trinta dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, II, e 73 da Lei Estadual n.2423/96. 4. Autorize desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal

de Contas. 5. Recomende à origem que sejam observados atentamente e cumpridos os prazos da Resolução n.7/2002-TCE. Registrado o impedimento do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, nos termos do art.65 do Regimento Interno deste Tribunal.

PROCESSO Nº1407/2010. Prestação de Contas da Câmara Municipal de Envira, exercício de 2009, de responsabilidade do senhor Raimundo Jorge Barbosa Pinheiro.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou com o entendimento do Ministério Público Especial, no sentido que este Tribunal Pleno, na competência atribuída pelo art. 11, III, "a", item 3, da Resolução n.04/02-TCE, que: 1. Julgue REGULAR COM RESSALVAS, a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Envira, exercício de 2009, de responsabilidade do senhor Raimundo Jorge Barbosa Pinheiro, com fulcro nos arts.1º, II, 22, II, e 24 da Lei Estadual n.2.423/96 e arts.188, §1º, II, e 189, II, da Resolução n.04/02-TCE. 2. Aplique multa ao responsável, Raimundo Jorge Barbosa Pinheiro, no valor de R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais), nos termos do art.308, I, c, da Resolução n.4/2002-TCE, em função dos atrasos no encaminhamento dos relatórios de gestão fiscal. 3. Fixe o prazo de trinta dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, II, e 73 da Lei Estadual n.2423/96. 4. Autorize desde já a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas. 5. Recomende à origem que sejam observadas atentamente e cumpridas a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Licitações, devendo cópia deste Voto e da Decisão serem encaminhados ao Poder Legislativo. 6. Arquive os processos anexos, referentes aos relatórios semestrais (n.262/2010 e 1775/2010). Registrado o impedimento do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, nos termos do art.65 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

PROCESSO Nº6214/2007. Exposição de Motivos apresentada pela SECAMI, informando que o jurisdicionado – Câmara Municipal de Novo Airão – encontrava-se inadimplente em relação ao envio do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º semestre de 2007.

DECISÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, pelo ARQUIVAMENTO sem resolução de mérito, nos termos do art. 127 da Lei Estadual n. 2423/96, com aplicação subsidiária do art. 267, VI do Código de Processo Civil.

PROCESSO Nº1249/2008. Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Airão, exercício de 2007, de responsabilidade do ordenador de despesas Sr. Argemiro Vinhort Gomes, Presidente.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou com entendimento do Ministério Público



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 9

Especial, no sentido que este Tribunal Pleno: 1. Julgue IRREGULARES as contas da Câmara Municipal de Novo Airão/AM, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Argemiro Vinhort Gomes, de acordo com o art. 1º, II, c/c art. 22, III, "b" e "c", da Lei Estadual n. 2423/96, e art. 5º da Resolução n. 09/97. 2. Aplique ao Responsável, Sr. Argemiro Vinhort Gomes, nos termos do art. 54, II e III, da Lei Estadual n. 2423/96 c/c art.308, V, "a", da Resolução n. 04/02-TCE/AM, MULTA no valor de R\$ 3.289,73 (três mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), em função da configuração de ato praticado com grave infração à norma legal de natureza operacional. 3. Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, acrescido da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art.72, III, da Lei Estadual n.2423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE. 4. COMUNIQUE ao INSS acerca do não recolhimento, no exercício de 2007, das contribuições previdenciárias dos Vereadores da Câmara Municipal de Novo Airão. 5. Recomende à origem que observe os prazos determinados pelos arts. 53 e 54 da Lei Complementar n. 101/2000 c/c art. 2º, parágrafo único, da Resolução n. 06/2000-TCE/AM, para a remessa a este Tribunal de Contas dos Relatórios Semestrais de Gestão Fiscal. 6. Determine, por fim, o arquivamento dos processos referentes aos relatórios em anexo (ns. 6689/07 e 1595/08).

PROCESSO Nº4506/2010. Devolução de Caução.

DECISÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que acompanhou os trabalhos conclusivos do Órgão Técnico e do *Parquet*, no sentido que o Egrégio Tribunal Pleno autorize a Secretaria Municipal de Finanças Públicas – SEMEF a liberar à Empresa Tigre S.A.- Tubos e Conexões, a Caução dada no Contrato n.063/2008, nos termos do art.54, §4º, da Lei n. 8.666/93 c/c o art.1º, inciso XX, da Lei Estadual n. 2.423/96 e art.5º, inciso XX, da Resolução n.04/02-TCE.

PROCESSO Nº3925/2005. Prestação de Contas Fundação de Desenvolvimento Sustentável da Produção e Exploração dos Recursos Naturais do Município de Envira, exercício de 2004, de responsabilidade do senhor Cláudio Xavier Barbosa.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou em parte com o Órgão Técnico e com o Ministério Público Especial, no sentido de que este Tribunal Pleno, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/02-TCE/AM: 1. Julgue IRREGULAR a presente Prestação de Contas Fundação de Desenvolvimento Sustentável da Produção e Exploração dos Recursos Naturais do Município de Envira, exercício de 2004, de responsabilidade do senhor Cláudio Xavier Barbosa, nos termos do artigo 22, inciso III, B da Lei 2423/96 c/c artigos 188, §1º, inciso III, "b" e 190, inciso II, da Resolução n. 04/02-TCE/AM. 2. Recomende à origem que: a) Observe com mais rigor os preceitos da Lei Complementar 06/91; b) Observe com mais rigor as exigências da Lei 8.666/93.

CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.

PROCESSO Nº4623/2008. Tomada de Contas do FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MAUÉS-SISPREV-MAUÉS, EXERCÍCIO DE 2007, de responsabilidade da Sra. Audízia Donizete Gomes Lobo, Secretária de Finanças.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou *in totum* com a douta Procuradoria de Contas e em parte com o Órgão Técnico, no sentido de determinar o Arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, pelas razões enfocadas pelo *Parquet*, determinando, ainda, seu Apensamento aos autos do Processo nº. 1464/2008, que se reporta à Prestação de Contas da Prefeitura de Maués, exercício de 2007, devendo à SECAMI adotar as providências cabíveis.

PROCESSO Nº 2201/2007. Prestação de Contas da Sra. Maria da Graça Souza Cunha, diretora-presidente da Fundação Alfredo da Matta, exercício de 2006.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou em parte com o Órgão técnico e *in totum* com a Procuradoria de Contas, no sentido de: 1. Julgar irregular as contas apresentadas pela Fundação de Dermatologia Tropical e Venereologia – Alfredo da Matta, tendo como gestor responsável o Sr. Sebastião Pascoal de Faria, Diretor administrativo e financeiro e ordenador de despesa, na forma do art. 22, inc. III, alínea "b", da Lei Estadual nº 2.423/96 e referente ao exercício de 2006. 2. Aplicar ao responsável as multas nos seguintes valores: - R\$ 806,67 (oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) pelo atraso na remessa dos demonstrativos contábeis, de conformidade com o art. 54, inciso IV e VI, da Lei nº 2.423/96, c/c 308, I, "c" da Resolução nº 04/2002; - R\$ 6.453,41 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos) pelas irregularidades apontadas nos itens , 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, retro mencionados, em conformidade com o art. 54, inciso II e III da Lei Estadual nº 2423/96, c/c o art. 308, V, "a" da Resolução nº 04/02, alterada pela Resolução nº 001/09. 3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o Sr. Sebastião Pascoal de Farias, recolha o valor das multas que lhe foram aplicadas, aos cofres públicos (art. 72, II, "a" da Lei nº 2.423/96, ficando a Dicrex autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da seção II, di capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. 4. Autorizar, em caso de não recolhimento dos valores da condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à Ação Executiva, ex vi, do art. 73 da Lei nº 2.423/96 e art. 169, II, art. 173 e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002-TCE. 5. Determinar à atual gestão da entidade Prestadora das Contas: a) Adoção das providências administrativas à apuração de responsabilidade dos servidores que cometeram as infrações de transitio relatadas e que geraram prejuízos ao erário, com o desconto em parcelas mensais, na forma da Lei Federal nº 8.666/93; b) Observe as disposições pertinentes e abrigadas na Lei das Licitações, evitando fracionamento ilegais de procedimentos licitatórios; c) Observe, por igual, as disposições da Resolução nº 04/2002 e 05/90, quanto à formalização das Contas anuais



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 10

e, ainda, à Resolução nº 07/2002. 6. Determinar, ainda, à SECAP verificar se às contratações de pessoal a que faz alusão a Prestação de Contas em análise foram objeto de autuação e processamento nesta Corte de Contas; caso contrário, requirite-as da FUAM e da SUSAM, processando-as. OBS: O Relator acolheu sugestão do Conselheiro Raimundo José Michiles, recomendando ao Órgão Técnico para identificar a responsabilidade das irregularidades apontadas nos autos.

PROCESSO Nº 5489/1999. Denúncia apresentada pelo Sr. Linvigniston Ferreira Farias, perante a Presidência desta Casa, contra o Sr. Clodoaldo Martins Rodrigues, Ex-Prefeito do Município de Manaquiri/AM. Decisão: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou com os Órgãos Técnico e Ministerial, no sentido de que o Tribunal Pleno, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "c", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, julgue pela Procedência da presente Denúncia, ressaltando, que a condenação do Sr. Clodoaldo Martins Rodrigues, Ex-Prefeito do Município de Manaquiri, ao ressarcimento aos cofres públicos, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), está sendo tratada no processo nº 5400/98, referente a 2º parcela da prestação de contas do Termo de Convênio nº 58/97.

PROCESSO Nº 273/2010. Recurso Ordinário da Srª. Cordélia Santos da Silva, aposentada no cargo de Técnico Judiciário Auxiliar do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça, referente ao processo nº 1509/1998 - NG. 5199/1998.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que discordou *in totum* do posicionamento do ilustre Procurador de Contas, e acolheu em toda plenitude o posicionamento esboçado pelo Órgão Técnico, no sentido de que o presente Recurso seja conhecido e provido quanto ao seu mérito, tornando sem efeito a Decisão nº 134/2005 – TCE – SEGUNDA CÂMARA, nos autos do Processo TCE nº 1509/1998, em sessão do dia 28 de Junho de 2005, e determinando a remessa dos autos à SECAP para proceder ao seu registro nos termos dos artigos 2º e 6º da Resolução nº 09/2009 – TCE/AM.

PROCESSO Nº 3288/2010. Recurso de Reconsideração em que é Impetrante JOÃO WELLINGTON DE MEDEIROS CURSINO, diretor-presidente da Fundação Villa Lobos, à decisão prolatada no Processo nº 1789/2006.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou "in totum" com os posicionamentos exarados pelo Órgão Técnico e com o Parecer Ministerial, no sentido de conhecer o Recurso, para, no entanto, negar-lhe provimento, pela ausência de elementos capazes de modificar o entendimento que deu azo ao reconhecimento da irregularidade das contas apresentadas e objeto do Processo nº 1789/2006, mantendo em toda plenitude o Acórdão Recorrido.

PROCESSO Nº 5809/2009. Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Daniel Jack Feder, Diretor-Presidente da CIGÁS – Companhia de Gás do Amazonas, por intermédio de seu advogado devidamente habilitado, substabelecido conforme instrumento procuratório de fls. 26/29.

ACÓRDÃO: Nos termos do voto do Relator, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno, CONHEÇA o presente Recurso de Reconsideração, e dê-lhe PARCIAL PROVIMENTO, para: À UNANIMIDADE: 1. Julgue REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas da CIGÁS – Companhia de Gás do Amazonas, no exercício de 2005. 2. Retire a glosa arbitrada, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), pela contratação sem o devido procedimento licitatório e consequente pagamento em execução antecipada pelos serviços prestados por Valois Advogados, de modo a eximir o agente responsável, Sr. Daniel Jack Feder, Diretor-Presidente da CIGÁS – Companhia de Gás do Amazonas, da devolução aos cofres públicos do referido montante. POR MAIORIA, nos termos do voto do Relator, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno, mantenha a multa imputada no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 54, III e VII, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 308, III, "b", e IV.

PROCESSO Nº 1212/2008. Prestação de Contas Anuais, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Francisco Soares Pontes, Presidente.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou parcialmente com o Órgão Técnico e com a Procuradoria de Contas, no sentido de que o Tribunal Pleno, na competência atribuída pelo art. 11, Inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002: 1. Julgue pela IRREGULARIDADE, das contas apresentadas pela Câmara Municipal de Autazes, tendo como ordenador de despesas, seu então presidente o Sr. Francisco Soares Pontes, nos termos dos arts. 1º, inciso II e 22, inciso III, alíneas "a" e "c", c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96 e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - RI/TCE, tendo em vista a constatação de impropriedades que não foram sanadas ao longo da instrução. 2. Glosar o valor de R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), para restituição aos cofres públicos, em alcance ao Sr. Francisco Soares Pontes, ordenador e gestor responsável, referente à despesa com frete de taxi aéreo e não justificada, em virtude de ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, de que resultou dano ao erário. 3. Aplicar ao responsável a multa de R\$6.453,41 (seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), frente às irregularidades apontadas nos itens I a 14 do Relatório Conclusivo nº 218/SECAMI, fls. 119/142, ao ordenador de despesas, Sr. Francisco Soares Pontes na forma do art. 1º, XXVI, art. 54, II, da Lei nº 2423/96 -TCE, c/c o art. 308, V, "a" da Resolução nº 04/2002-TCE, alterada pela Resolução nº 001/2009.

PROCESSO Nº 1988/2009. Prestação de Contas da Ouvidoria Geral do Município, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Adalgiso Rodrigues Santana, Ouvidor-Geral do Município.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou parcialmente com os Órgãos Técnico e Ministerial, no sentido de que o Tribunal Pleno, na competência atribuída pelo art. 11, inc. III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, julgue pela REGULARIDADE COM RESSALVA das Contas Anuais da Ouvidoria Geral do Município - OGM, referente ao exercício de 2008, Gestão da SRA. PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVERIA, ex-Ouvidora Geral e ordenadora de despesas, no período de



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pág. 11

1º.1.2008 a 10.7.2008 e do SR. ALDAGISO RODRIGUES SANTANA, ex-Ouvidor Geral e ordenador de despesas, no período de 11.7.2008 a 31.12.2008, nos termos do art. 22, II, e 24 da Lei nº 2423/96 e RECOMENDE ao Órgão de origem, a efeito de evitar a repetição das impropriedades encontradas no exercício sob exame no sentido de: a) Adotar todas as providências necessárias no sentido de não mais renovar os contratos temporários que ultrapassaram os períodos previstos no art. 2º, incisos I, II, III, IV e V; art. 4º, incisos I, II, III e IV, da Lei Municipal nº 336, de 19.3.1996, c/c o art. 2º, incisos I, II, III, IV e V; art. 3º, I, II e III, do Decreto Municipal nº 4.483, de 23.2.1999, visto que o art. 4º da Lei nº 336, de 19.3.1996, não permite a prorrogação dos contratos temporários; b) Tomar todas as providências cabíveis no sentido de realizar com maior brevidade possível (urgência) concurso público, com o objetivo de regularizar a situação do Quadro de servidores da OGM, tendo em vista que a composição do referido Quadro é constituído exclusivamente de servidores comissionadas, sem outro vínculo, contrariando o art. 37, inciso II, da CF /88. Pois no nosso entendimento, a Administração Municipal já teve tempo suficiente para a realização de concurso público, com intuito de regularizar a situação do Quadro de seus servidores; c) Adotar providências no sentido de solicitar ao Setor competente o correto preenchimento dos campos via magnético do sistema Auditor de Contas Públicas – ACP, que se fizerem necessários, conforme determina a Resolução TCE nº 07/2002; d) Tomar providências necessárias no sentido de que sejam anexadas aos processos de pagamentos, todas as certidões tempestivas de regularidade das empresas diante do Fisco Municipal, Estadual e Federal, bem como as certidões tempestivas quanto às contribuições inerentes a Seguridade Social e do Fundo de Garantia do Trabalhador por Tempo de Serviço; e) Adotar providências cabíveis no sentido de conter em seu Quadro Estatutário e/ou Temporário, um profissional da área contábil, para que a realização de atividades orçamentárias e financeiras seja analisada de forma mais coerente.

PROCESSO Nº 3752/2010. Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. João Wellington de Medeiros Cursinho, ex-Diretor da Fundação Villa Lobos, por intermédio de seu advogado devidamente habilitado, conforme instrumento procuratório de fls. 10, Sr. Acioli Cardoso Silva, inscrito na OAB/DF nº 24.407.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que concordou com os posicionamentos exarados pelos Órgãos Técnico e Ministerial, amparado na competência atribuída no art. 1º, XXI, da Lei Estadual nº 2.423/96 e no art. 5º, XXI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, fundamentado ainda no disposto no art. 158, §3º, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno CONHEÇA o presente Recurso de Reconsideração, e, quanto ao mérito, dê-lhe IMPROVIMENTO, de modo a manter em sua integralidade a decisão ora recorrida, proferida nos autos do Processo nº 6721/2007.

PROCESSO Nº 5814/2009. Representação ofertada pelo SR. MARCELO RAMOS RODRIGUES, na condição de vereador pelo PSB à Câmara

Municipal de Manaus e referente aos pregões presenciais nº 44/2009 e 45/2009, integrando o processo, 03 volumes.

DECISÃO: À unanimidade, nos termos do voto do Relator, que constatou o registro nos autos, louvado na informação do Órgão Técnico e da SEMEF, como bem acentua o *Parquet* em seu parecer nº 6741/2010, que os citados pregões foram revogados, razão que, o Egrégio Tribunal Pleno, reconheça a perda de objeto da representação em foco, determinando o arquivamento dos autos, tendo como respaldo do decisum a perda de objeto da Representação.

CONSELHEIRA-CONVOCADA E RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.

PROCESSO Nº1667/2010. Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Carlos Eduardo de Souza Gonçalves, Reitor, em exercício, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, contra a Decisão nº 376/2009, exarada pela e. Primeira Câmara desta corte de Contas nos autos do processo n. 3099/2007.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos do voto da Relatora, que acompanhou o Douto Órgão Ministerial e o Ilustre Órgão Técnico, visto que o recorrente não trouxe aos autos documentos capazes de constituir um suposto probatório apto de elidir as ilegalidades apontadas por esta Corte, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno, reconheça o recurso ordinário, no mérito, julgue pelo não provimento das razões do recurso aqui expostos, mantendo a Decisão nº 367/2009 TCE – Primeira Câmara (fls.86).

CONSELHEIRA-SUBSTITUTA E RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.

PROCESSO Nº2553/2010. Consulta formulada pelo Sr. Raimundo Nonato da Silva, Prefeito Municipal de Careiro da Várzea.

PARECER: À unanimidade, nos termos da proposta de voto da Relatora, que acompanhou a CONSULTEC e o Ministério Público, respectivamente (Relatório Conclusivo n. 009/2010 fls. 09/17 e Parecer n. 4551/2010-MP/FCVM fls. 19/22), no sentido de que este Tribunal, firme o entendimento pela possibilidade de admissão de professores indígenas pela Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea, por meio de contratação por tempo determinado, implementada por um processo seletivo simplificado, desde que tal contratação seja amparada por lei local que regule o referido processo.

PROCESSO Nº6758/2009. Representação formulada pela empresa Júlio Simões Logística S.A contra o Presidente da Comissão Geral de Licitação do Estado.

DECISÃO: À unanimidade, nos termos da proposta de voto da Relatora, que acompanhou o Órgão Técnico e o Ministério Público respectivamente (Laudo Técnico Conclusivo n. 218/2010 fls. 197/198 e Parecer n. 6251/2010-MP/RCKS fls.199/200), no sentido que o E. Tribunal Pleno



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 12

determine o arquivamento da presente Representação, comunicando ao Representante a Decisão adotada.

PROCESSO Nº1425/2010. Prestação de Contas da Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2009, de responsabilidade do senhor Jecimar Pinheiro Matos, Presidente.

ACÓRDÃO: À UNANIMIDADE, nos termos da proposta de voto da Relatora, visto que as irregularidades apontadas não causaram danos ao erário, no sentido de que o Egrégio Tribunal Pleno: 1. Julgue REGULAR COM RESSALVA a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Presidente e Ordenador das Despesas, nos termos do art. 22, inciso II, c/c art. 24, ambos da Lei 2423/96. 2. Recomende à Origem a observância: a) §§ 1º, art. 15, da Lei Complementar n. 06, de 22.01.91, que trata dos prazos de encaminhamento dos balancetes financeiros; b) Resolução n. 07/2002-TCE; b) Arts. 54 e 55, da Lei Complementar n. 101/2000 c/c Resolução n. 06/2000-TCE que trata da remessa dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal do Município; c) Lei n. 8.666/9. 3. Determine à SECAMI que nas próximas inspeções da Câmara Municipal verifique se as recomendações estão sendo cumpridas, bem como observe o cumprimento do art. 74, I e 246, ambos do R.I/TCE. POR MAIORIA, nos termos da proposta de voto da Relatora, que o Egrégio Tribunal Pleno, aplique multa ao responsável Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Presidente e Ordenador das Despesas da Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2009 no valor de R\$ 806,67, com fulcro no art. 308, I, 2º "a" Resolução 04/2002-TCE, alterada pelo art. 2º, da Resolução 01/09. Pelas irregularidades abaixo: - Item 01 - Atraso na movimentação da Câmara, referente aos meses de maio a agosto do exercício de 2009, foram encaminhados por meio magnético (sistema ACP) a esta Corte de Contas fora do prazo; - Item 02 - Atraso na remessa e publicação dos relatórios de Gestão Fiscal ao Tribunal de Contas. A referida multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias, conforme art. 99, parágrafo 2º, da Resolução nº 04/1998.

CONSELHEIRO-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.

PROCESSO Nº 3006/2010. Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Rui Silva, Graduação de Subtenente QPPM, Matrícula nº 054.983-5ª, do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

ACÓRDÃO: À unanimidade, nos termos da proposta de voto do Relator, que concordou com o *Parquet* e discordou do entendimento do Órgão Técnico, no sentido de que o Egrégio Colegiado deste Tribunal, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item "2", e art. 154, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 04/2002-TCE, tome conhecimento do presente Recurso Ordinário, interposto pelo Sr. Rui Silva, Graduação de Subtenente QPPM, Matrícula nº 054.983-5ª, do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Amazonas, para no mérito, dar-lhe provimento, retificando a r.

Decisão nº 359/2008 – Segunda Câmara, proferida nos autos do Processo nº 181/2009, anexo, em Sessão datada de 9/3/2010, de modo a julgar legal a inativação datada de 7.11.2008 e registrá-la, com comunicação ao AMAZONPREV para correção formal da certidão de tempo de serviço.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de Dezembro de 2010.

MIRTYL LEVY JR.
Secretário do Tribunal Pleno

EXTRATO DA ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICANTE REALIZADA PELA EGRÉGIA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

SESSÃO DO DIA 09/11/2009

JULGAMENTO EM PAUTA

CONSELHEIRO RELATOR: JULIO CABRAL

1)PROCESSO Nº 2609/07 – 02 vols.

Assunto: Admissão de pessoal

Objeto: Contratação por tempo determinado do Sr. Hugo Eustáquio de Faria Pinheiro

Órgão: UEA

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

CONSELHEIRO RELATOR: JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

1)PROCESSO Nº 3961/06

Assunto: Admissão de Pessoal

Objeto: Contratação Temporária da Sra. Ana Rita Fernandes e outros.

Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

Decisão: Ilegalidade do ato e negativa de registro.

2)PROCESSO Nº 1387/01 (apenso: 2477/06)

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Zeila Seixas Brasil

Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

3)PROCESSO Nº 2477/06 (apenso: 1387/01)

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Zeila Seixas Brasil

Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

4)PROCESSO Nº 3508/06

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Maria Araci da Rocha

Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

5)PROCESSO Nº 5204/08

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 13

Interessada: Sra. Sulamir Dantas da Rosa
Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

6)PROCESSO Nº 2556/08
Assunto: Aposentadoria
Órgão: SEDUC
Interessada: Sra. Trindade Pinto Chaves
Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

7)PROCESSO Nº 5675/08 (apenso: 4853/08)
Assunto: Aposentadoria
Órgão: SEDUC
Interessada: Sra. Alvacyr de Araújo Vieira
Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

8)PROCESSO Nº 4853/08 (apenso: 5675/08)
Assunto: Aposentadoria
Órgão: SEDUC
Interessada: Sra. Alvacyr de Araújo Vieira
Decisão: Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV.

9)PROCESSO Nº 3453/05 (apenso: 2710/94)
Assunto: Pensão por morte
Órgão: SEDUC
Interessada: Sra. Francisca Aires de Oliveira, cônjuge do Sr. Francisco Laerte da Silva, ex-servidor da SEDUC
Decisão: Arquivamento dos autos por perda do objeto.

10)PROCESSO Nº 3032/06 (apenso: 1838/92-julgado)
Assunto: Pensão por morte
Órgão: CODEAMA
Interessada: Sra. Olivete Martins Lopes Lima, cônjuge do Sr. Rui Ferreira Lima, ex-servidor da CODEAMA
Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

11)PROCESSO Nº 4561/06 (apenso: 3897/96-julgado)
Assunto: Aposentadoria
Órgão: SUSAM
Interessada: Sra. Maria Izabel Vieira Martins
Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

12)PROCESSO Nº 3614/06
Assunto: Pensão por morte
Órgão: Polícia Civil do Estado do Amazonas
Interessada: Sra. Sara Nunes Melo, viúva do Sr. Anésio Farias, ex-servidor da Polícia Civil do Estado
Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

CONSELHEIRO RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

1)PROCESSO Nº 6266/01
Assunto: Aposentadoria
Órgão: SEDUC
Interessada: Sra. Maria Damasceno da Silva.
Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

2)PROCESSO Nº 3524/06
Assunto: Pensão por morte
Órgão: SEDUC
Interessada: Sra. Rita Maria dos Santos Brito, cônjuge do Sr. Afonso Soares de Brito, ex-servidor da SEDUC.
Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

3)PROCESSO Nº 1364/06 (apenso: 2369/97 – NG 6002/97 – julgado)
Assunto: Pensão por morte
Órgão: SUSAM
Interessado: Sr. Sebastião Rodrigues dos Santos, cônjuge da Sra. Antônia Silva dos Santos, ex-servidora da SUSAM
Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

4)PROCESSO Nº 2388/02 (apensos: 1089/98 NG 4011/98 - 3 vols., 1328/98 NG 4757/98, 1053/99 NG 3461/99, 2164/99 NG 7422/99 - 02 vols., 989/00 - 02 vols., 8895/00)
Assunto: Termo de Convênio nº 06/1998
Partes: SEINF e Prefeitura Municipal Manaus
Objeto: Urbanização da área assentada pela comunidade Monte Pascoal no bairro Monte das Oliveiras
Decisão: Reconhecimento da legalidade do Ajuste.

5)PROCESSO Nº 1089/98 NG 4011/98 – 03 vols. (apensos: 2388/02, 1328/98 NG 4757/98, 1053/99 NG 3461/99, 2164/99 NG 7422/99 – 02 vols., 989/00 - 02 vols., 8895/00)
Assunto: Prestação de Contas, referente à 1ª parcela do Convênio nº 06/1998, no valor de R\$ 289.766,00 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais)
Partes: SEINF e Prefeitura Municipal de Manaus
Responsáveis: Sr. José de Oliveira Fernandes, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, e Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, à época
Acórdão: Regularidade das Contas, com quitação plena aos responsáveis.

6)PROCESSO Nº 1328/98 NG 4757/98 (apensos: 2388/02, 1089/98 NG 4011/98 – 03 vols., 1053/99 NG 3461/99, 2164/99 NG 7422/99 02 vols., 989/00 - 02 vols., 8895/00)
Assunto: Prestação de Contas, referente à 2ª parcela do Convênio nº 06/1998, no valor de R\$ 289.766,00 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais)
Partes: SEINF e Prefeitura Municipal de Manaus.
Responsáveis: José de Oliveira Fernandes, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, e Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, à época
Acórdão: Regularidade das Contas, com quitação plena aos responsáveis.

7)PROCESSO Nº 1053/99 NG 3461/99 (apensos: 2388/02, 1089/98 NG 4011/98 – 03 vols, 1328/98 NG 4757/98, 2164/99 NG 7422/99 – 02 vols., 989/00 - 02 vols., 8895/00)
Assunto: Prestação de Contas, referente à 3ª parcela do Convênio nº 06/1998, no valor de R\$ 289.766,00 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais)
Partes: SEINF e Prefeitura Municipal de Manaus
Responsáveis: Sr. José de Oliveira Fernandes, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, e Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, à época
Acórdão: Regularidade das Contas, com quitação plena aos responsáveis.

8)PROCESSO Nº 2164/99 NG 7422/99 – 02 vols. (apensos: 2388/02, 1089/98 NG 4011/98 – 03 vols., 1328/98 NG 4757/98, 1053/99 NG 3461/99, 989/00 - 02 vols., 8895/00)
Assunto: Prestação de Contas, referente à 4ª parcela do Convênio nº 06/1998, no valor de R\$ 289.766,00 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais)
Partes: SEINF e Prefeitura Municipal de Manaus
Responsáveis: Sr. José de Oliveira Fernandes, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, e Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, à época
Acórdão: Regularidade das Contas, com quitação plena aos responsáveis.



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 14

9)PROCESSO Nº 989/00 – 02 vols. (apensos: 2388/02, 1089/98 NG 4011/98 – 03 vols., 1328/98 NG 4757/98, 1053/99 NG 3461/99, 2164/99 NG 7422/99 – 02 vols., 8895/00)

Assunto: Prestação de Contas, referente à 5ª parcela do Convênio nº 06/1998, no valor de R\$ 289.766,00 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis reais)

Partes: SEINF e Prefeitura Municipal de Manaus.

Responsáveis: Sr. José de Oliveira Fernandes, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, e Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, à época

Acórdão: Regularidade das Contas, com quitação plena aos responsáveis.

10)PROCESSO Nº 8895/00 (apensos: 2388/02, 1089/98 NG 4011/98 – 03 vols., 1328/98 NG 4757/98, 1053/99 NG 3461/99, 2164/99 NG 7422/99 – 02 vols., 989/00 - 02 vols.)

Assunto: Prestação de Contas, referente à 6ª parcela do Convênio nº 06/1998, no valor de R\$ 289.767,36 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos)

Partes: SEINF e Prefeitura Municipal de Manaus

Responsáveis: Sr. José de Oliveira Fernandes, Secretário de Estado de Infraestrutura, à época, e Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Prefeito Municipal de Manaus, à época

Acórdão: Regularidade das Contas, com quitação plena aos responsáveis.

11)PROCESSO Nº 5412/08 (apenso: 3984/95-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Geralda Bentes de Souza, viúva do ex-servidor da SEDUC, Sr. Antonio Messias de Souza

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

12)PROCESSO Nº 4774/05 (apenso: 1004/02-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: IPEAM

Interessado: Sr. Francisco das Chagas Melo, cônjuge da Sra. Maria Walmira da Silva Melo, ex-servidora do IPEAM

Decisão: Arquivamento dos autos por perda de objeto.

13)PROCESSO Nº 3611/05 (Apenso: 1709/92-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: DER/AM

Interessada: Sra. Lurdite de Lima Santos, cônjuge do Sr. Antônio Vieira dos Santos, ex-servidor do DER/AM

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

CONSELHEIRA RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

1)PROCESSO Nº 7700/02

Assunto: Pensão por morte

Órgão: SEDUC

Interessado: Sr. Alonso Andrade da Silva, cônjuge da Sra. Joana Pereira da Silva, ex-servidora da SEDUC

Decisão: Legalidade do Ato para fins de registro.

2)PROCESSO Nº 3203/04 (apenso: 888/94-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: DER/AM

Interessada: Sra. Elizabeth Machado da Silva, cônjuge do Sr. Carlos Gomes da Silva, ex-servidor do DER/AM

Decisão: Legalidade do Ato para fins de registro.

3)PROCESSO Nº 5828/01 (apensos: 7446/01 e 4999/07)

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessado: Sr. Ilson Furtado de Paiva

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

4)PROCESSO Nº 7446/01 (apensos: 5828/01 e 4999/07)

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessado: Sr. Ilson Furtado de Paiva

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

Concessão do prazo de 60 (sessenta) dias ao AMAZONPREV para cumprir determinações.

5)PROCESSO Nº 4999/07 (apensos: 5828/01 e 7446/01)

Assunto: Retificação de Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessado: Sr. Ilson Furtado de Paiva

Decisão: Arquivamento dos autos por perda do objeto.

6)PROCESSO Nº 4544/06

Assunto: Admissão de Pessoal

Objeto: Contratação por tempo determinado da Sra. Jonilce da Silva Viana

Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

AUDITORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

1)PROCESSO Nº 3513/04 (apenso: nº 8047/00-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: SEDUC

Interessado: Sr. Raimundo Monte, cônjuge da Sra. Sebastiana de Souza Monte, ex-servidora da SEDUC

Decisão: Arquivamento dos autos.

2)PROCESSO Nº 4645/05

Assunto: Termo de Convênio nº 002/1997

Partes: FHEMOAM e a Fundação Universidade do Estado do Amazonas

Objeto: Conjugação de recursos técnicos e serviços especializados de lavagem e esterilização de roupa hospitalar

Decisão: Arquivamento dos autos por perda de objeto.

3)PROCESSO Nº 2235/03

Assunto: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2002

Partes: SEMOSBH e a EMTU

Objeto: Prorrogar o Prazo de Convênio por mais 90 (noventa) dias corridos

Decisão: Reconhecimento da legalidade do Ajuste.

4)PROCESSO Nº 5568/07

Assunto: Admissão de Pessoal

Objeto: Contratação por tempo determinado firmados pelo Serviço Autônomo de água e esgoto-SAAE

Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

Decisão: Ilegalidade dos ajustes.

Multa no valor de R\$ 806,67 (oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos) ao responsável, Sr. Flávio Lopes Nogueira, presidente do SAAE do município de Presidente Figueiredo à época.

5)PROCESSO Nº 5646/03

Assunto: Pensão por morte

Órgão: Prefeitura Municipal de Barreirinha

Interessada: Sra. Terezinha de Jesus Carneiro, cônjuge do Sr. Abelardo Carneiro de Andrade, ex-servidor da Prefeitura Municipal de Barreirinha

Decisão: Ilegalidade do ato e negativa de registro.



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 15

6)PROCESSO Nº 3208/04 (apenso: 2597/88-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: DER/AM

Interessada: Sra. Arlece de Araújo Magalhães, cônjuge do Sr. Antonio Facundo de Magalhães, ex-servidor do DER/AM

Decisão: Legalidade do Ato para fins de registro.

7)PROCESSO Nº 2843/04 (apenso: 528/93-julgado)

Assunto: Pensão por morte

Órgão: SEDUC

Interessada: Maria Neidianne de Souza, menor sob guarda do Sr. Alfredo de Souza Coelho, ex-servidor da SEDUC

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

8)PROCESSO Nº 6095/07 – 02 vols. (apenso: 879/95-julgado)

Assunto: Inclusão de gratificação de produtividade de saúde em proventos de aposentadoria

Órgão: Fundação Alfredo da Mata

Interessada: Sra. Sebastiana Lemos dos Santos

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

9)PROCESSO Nº 5145/08

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Maria Cristina Braga Trigueiro

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

Concessão do prazo de 60 (sessenta) dias ao AMAZONPREV.

10)PROCESSO Nº 3450/08

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Raimunda Geralda Rocha Dantas

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

Concessão do prazo de 60 (sessenta) dias ao AMAZONPREV.

Manaus, 13 de dezembro de 2010

ADRIANE UNAH GODINHO RODRIGUES

Chefe da Divisão da 1ª Câmara

EXTRATO DAS DECISÕES Nº 632/2009, Nº 639/2009 E Nº 695/2009, PROLATADAS NA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICANTE REALIZADA PELA EGRÉGIA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

SESSÃO DO DIA 29/06/2009

JULGAMENTO ADIADO

CONSELHEIRO RELATOR: JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

1)PROCESSO Nº 7208/01 – 02 vols.

Assunto: Aposentadoria

Órgão: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas

Interessado: Sr. Raimundo Nonato da Silva

Decisão: Legalidade do ato em caráter condicional.

Concessão do prazo de 90 (noventa) dias ao AMAZONPREV para cumprir recomendações.

AUDITORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

1)PROCESSO Nº 4241/03

Assunto: Pensão

Órgão: Prefeitura Municipal de Coari

Interessada: Ricelle Nascimento da Silva, filha do Sr. Rivaldo Antônio Rodrigues da Silva, ex-servidor da Prefeitura Municipal de Coari

Decisão: Ilegalidade do ato.

Arquivamento dos autos.

JULGAMENTO EM PAUTA

CONSELHEIRA RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

1)PROCESSO Nº 2612/1988 (apenso: 1545/1990)

Assunto: Aposentadoria

Órgão: DER/AM

Interessado: Sr. Juarez Alves de Almeida

Decisão: Legalidade do ato em caráter condicional.

Concessão do prazo de 60 (sessenta) dias ao AMAZONPREV.

Manaus, 13 de dezembro de 2010

ADRIANE UNAH GODINHO RODRIGUES

Chefe da Divisão da 1ª Câmara

EXTRATO DA DECISÃO Nº 434/2010, PROLATADA NA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA JUDICANTE REALIZADA PELA EGRÉGIA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

SESSÃO DO DIA 08/02/2010

JULGAMENTO ADIADO

AUDITORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

1)PROCESSO Nº 4139/2005

Assunto: Aposentadoria

Órgão: SEDUC

Interessada: Sra. Edmilza Vieira de Aguiar

Decisão: Legalidade do ato para fins de registro.

Manaus, 14 de dezembro de 2010

ADRIANE UNAH GODINHO RODRIGUES

Chefe da Divisão da 1ª Câmara

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO SEGUNDA CÂMARA

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica NOTIFICADA a Sra. SUELY DA COSTA CORDOVIL, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, terça-feira, 14 de dezembro de 2010.

Ano I, Edição nº 073, Pag. 16

Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, junto à Divisão da Egrégia Segunda Câmara, a fim de tomar ciência da Decisão nº965/2010-TCE-SEGUNDA CÂMARA, exarada nos autos do Processo TCE nº3968/2008, referente à sua Pensão, em razão do despacho exarado pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator.

DIVISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 13 de dezembro de 2010.

ANA PAULA DA GAMA LESSA SILVA
Chefe da Divisão da 2ª Câmara



Escola de Contas Públicas

Acesse: www.ecp.tce.am.gov.br

A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – ECPAM, Órgão vinculado à Vice-Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, criada pela Lei nº. 3.452 de 10 de dezembro de 2009 destina-se ao desenvolvimento de estudos relacionados às técnicas de controle da Administração Pública.



A SEGER informa aos setores responsáveis pelo envio de matérias a serem postadas no DOE deste TCE/AM, que deverão seguir os requisitos abaixo relacionados:

- As matérias devem ser digitadas em editor de texto padrão (ex: Word) com a seguinte configuração de página:
 - Tamanho do Papel: A4 210x297mm.
 - Orientação: Retrato.
- O Título deve estar em letras MAIÚSCULAS, em fonte ARIAL NARROW, Tamanho 8.5, Cor PRETO, NEGRITO e Estilo NORMAL;
- A fonte do texto deve ser ARIAL NARROW, TAMANHO 8.5, COR PRETA e Estilo NORMAL com alinhamento JUSTIFICADO;
- O texto deve obedecer a LARGURA de 11 cm;
- O recuo de tabulação da Primeira Linha do Parágrafo deve ser 1,5 cm e Entrelinhas Simples;
- As matérias devem ser enviadas através do Sistema Expresso de e-mail corporativo do TCE, ao endereço eletrônico doe@tce.am.gov.br.
- As matérias ao serem enviadas para a publicação devem conter informações no título e corpo do email a descrição do assunto e a identificação do chefe do setor e o teor da solicitação respectivamente;
- É estritamente necessário que o arquivo seja encaminhado SEM ERROS ORTOGRÁFICOS E GRAMATICAIS;
- As matérias devem ser enviadas até as 11h00min com dois dias úteis de antecedência à data da edição pretendida a ser publicada no Portal de Publicação do Diário Oficial Eletrônico.



JUGAMENTO ELETRÔNICO
GERENCIADOR DE JULGAMENTO

TELEFONES ÚTEIS

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
3301-8161

SEGER
3301-8186

OUVIDORIA
3301-8222
0800-208-0007

SECEX
3301-8153

ESCOLA DE CONTAS
3301-8301

SERH
3301-8231

CPL
3301-8150

DEPLAN
3301 – 8260

DECOM
3301 – 8180

SECMP
3301-8232

DIEPRO
3301-8112



Presidente
Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Vice-Presidente
Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Corregedor
Cons. Josué Cláudio de Souza Filho

Ouvidor
Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Conselheiros
Cons. Lúcio Alberto de Lima Albuquerque
Cons. Antonio Julio Bernardo Cabral
Cons. Raimundo José Michiles

Auditores
Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos
Mário José de Moraes Costa Filho
Alípio Reis Firmo Filho

Procurador Geral do Ministério Público Especial do
TCE/AM
Carlos Alberto Souza de Almeida

Procuradores
Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
Evanildo Santana Bragança
Evelyn Freire de Carvalho Langaro Pareja
Ademir Carvalho Pinheiro
Roberto Cavalcanti Krichanã Da Silva
Elizângela Lima Costa Marinho
João Barroso de Souza
Ruy Marcelo Alencar de Mendonça
Elissandra Monteiro Freire de Menezes

Secretário Geral de Administração
Fernando Elias Prestes Gonçalves

Secretário Geral de Controle Externo
Pedro Augusto Oliveira da Silva

Diário Oficial Eletrônico do TCE-AM



Av. Efigênio Sales, Nº 1155 - Parque10 CEP: 69055-736
Manaus - Amazonas
Horário de funcionamento: 7:00h - 13:00h
Telefone: (92) 3301-8100